

## **23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA – CT-SHQA**

No dia dezessete de julho de 2018, às 9h, iniciou-se a 23ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA), com abertura por sua coordenadora, Regina Pimenta Assunção/IGAM, e prosseguimento com a pauta, conforme relatados a seguir. A reunião ocorreu no auditório da da Agência Estadual de Recursos Hídricos em Vitória/ES. Os participantes constam da lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados. A coordenadora da CT, Regina Assunção, iniciou a reunião realizando um alinhamento geral, resgatando o histórico dos acontecimentos das últimas semanas. Na sequência ocorreu a aprovação da ata da 22ª reunião anterior sem ressalvas, seguindo com as apresentações dos itens relacionados na pauta. A representante da Fundação Renova, Clarice Strauss, teceu comentários sobre o pleito enviado pelo prefeito de São José do Goiabal, para custear o projeto de sistemas de esgotamento sanitário. Informou que além dos recursos a receber pela Renova, o município receberá também recursos da FUNASA para este projeto. Para agilizar este repasse e alinhar entendimentos sobre a alteração realizada no pleito, acontecerá na próxima semana (23/07) uma reunião entre o município, CT SHQA, BDMG, Secex e Fundação Renova. Tão logo aconteçam estes esclarecimentos de destinação da verba o repasse será liberado. A representante do SEAMA, Margareth Saraiva, SEAMA, questionou sobre o prazo deliberado na última reunião do CIF, de 90 dias, para que a Fundação Renova apresente os estudos de esgotamento e destinação de resíduos sólidos. Esclareceu que houve um entendimento durante debate do CIF que havia um pleito para postergar a entrega deste plano, pois havia um entendimento de abordagem dos quatro temas contidos na Política Nacional de Saneamento, mas que, o que foi deliberado na 169 trata-se apenas de esgoto e destinação de resíduos. Solicitou que os membros da CT SHQA recebam e conheçam o conteúdo da Revisão Extraordinária antes que seja assinada e deliberada, para que considerações sejam realizadas a tempo. Em referência a este plano de trabalho, a Fundação Renova esclareceu que não ficou muito bem entendido qual a solicitação gerada em atendimento à deliberação 169. Por isso fez contato com a presidência do CIF para acordar novo prazo. A presidência do CIF indicou então que a RENOVA entregue, no prazo dos 90 já definidos, ou seja, até 18/07/18 uma proposta de diagnóstico em grandes linhas e um Plano de Trabalho para a realização do diagnóstico. Margareth Saraiva, representante da SEAMA, pontuou os encaminhamentos E24-2 e E-24-14 estabelecem claramente a necessidade de entrega de estudos em 90 dias, e que se há divergência com relação a viabilidade do prazo ou ao enquadramento do escopo esses devem ser tratados na plenária do CIF, sob pena de enfraquecer todo o sistema. Este assunto será pautado na próxima 24ª CT SHQA. A coordenadora da CT apresentou o Sr. Heitor Soares Moreira, Diretor de Operações e Eventos Críticos do IGAM. Comentou de sua atuação junto as ações da câmara técnica desde que o IGAM assumiu a coordenação da CT e ratificou a grande contribuição que ele poderá realizar junto ao grupo diante de sua vasta vivência neste órgão. A representante do IEMA/ES, Rafaeli Brune, apresentou a NT 22 em

resposta ao cumprimento da cláusula 171 que determina que nos dois 2 primeiros anos, a partir da assinatura do TTAC, a Fundação Renova deveria apresentar os levantamentos de campo, estudos de concepção e projetos básicos para os sistemas alternativos de captação, adução e melhorias nos sistemas de abastecimento de água. Realizada uma contextualização do histórico de todas as Notas Técnicas elaboradas pela CT-SHQA e das Deliberações do CIF relacionadas ao Programa de Melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água. Por último, informou que a Renova protocolou em março/2018 o documento “Evidências do cumprimento da Cláusula 171 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC”, que foi analisado pelo GT Abastecimento e definido que, em função da não apresentação dos itens estabelecidos pelo critério supracitado, a CT SHQA, manifestou-se pelo não cumprimento do Parágrafo Primeiro da Cláusula 171 do TTAC e dos itens 1.2 das Deliberações nº 04 e 16. A conclusão e recomendações ponderadas pela Câmara Técnica, bem como os encaminhamentos de responsabilidade da Renova, ficaram registrados na NT 22 que será levada para conhecimento do CIF juntamente com uma minuta de Deliberação. Foram realizadas discussões sobre o entendimento de aceitação de Diagnóstico dos Sistemas de Abastecimento e Declarações de Escopo e Premissas de Projetos – DEPP’s em substituição aos estudos de concepção, e a ausência dos termos de concordância assinado pelos municípios. Definiu-se que a Fundação Renova deverá apresentar um “Termo de entrega e recebimento” assinado pelos prestadores de serviço e pelos municípios, após a conclusão das obras de captações alternativas, adução e melhorias nos sistemas de abastecimento de água. Foi relatado pela coordenação da CT que foi solicitado pela Secex, juntamente com as NTs 19 e 20 da CT SHQUA, aos municípios da área ambiental 2 que informem formalmente sobre a aderência dos seus pleitos relacionados à Cláusula 169 com seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico. A solicitação visa antecipar possíveis cobranças que possam vir a ser feitas pelos Ministérios Públicos Estaduais, no caso no Espírito Santo, por exemplo, tal cobrança já vem acontecendo. Margareth Saraiva da SEAMA, pontuou a preocupação em se acompanhar as ações tomando como referência somente os Programas. Reforçou a proposta anterior de acompanhar o comportamento e fragilidades no âmbito dos territórios/regiões afetadas. Sugeriu que a Renova traga as soluções e as alternativas por região e apresente os dados de georreferenciamento de estudos e coletas, inicialmente pelos programas inter-relacionados. A representante do IEMA/ES, Rafaeli Brune, ratificou que até que as soluções de tratamento sejam definidas e as alternativas de captação de água sejam implantadas e a retomada da captação principal no Rio Doce ocorra nessas localidades permanece a responsabilidade de fornecimento de água por meio de caminhão pipa pela Fundação Renova. Recomenda ao CIF que informe aos municípios e prestadores de serviços de abastecimento de água que todas as ações de melhorias nos sistemas de abastecimento água, definidos como medida compensatória, deverão ser pleiteadas ao CIF. Solicita que a CT de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social e CT Saúde dê celeridade na elaboração e implementação do Plano de Comunicação para tentar reverter a rejeição da população e das lideranças políticas locais em relação ao abastecimento de água a partir do rio Doce. Foi proposta uma reunião de alinhamento entre as partes. O representante da Fundação Renova, Matheus Mol, informou que independente da instalação dos sistemas individuais, que não estão inseridos no escopo da Cláusula 171, a Renova já atua transversalmente através de outros

programas com ações e tratativas de abastecimento e saneamento. Posto pelo GT abastecimento o que estabelece na NT 22, a representante da Fundação Renova, Maria de Lourdes, se manifestou sobre a ausência de nivelamento de entendimento entre município, concessionárias e Fundação Renova sobre os tipos de documentos (declaração de escopo, estudos de concepção, projeto básico, etc), e que esses devem ser apresentados para emissão de uma anuência. A representante sugere que conste em NT uma definição deste conceito para entendimento de todos os envolvidos e sustentação do não cumprimento do Parágrafo Primeiro da Cláusula 171 do TTAC pela Fundação Renova. Foi debatido pelos envolvidos na reunião, o entendimento desse conceito (Fundação Renova, IEMA, SEURB, COPASA, coordenação da CT, SECIR, SEAMA). Neste sentido a CT levará para conhecimento e posicionamento do CIF. Além disso, a representante da Fundação Renova, Maria de Lourdes, se manifestou sobre o não alinhamento entre a Fundação Renova e os membros da CT-SHQA, quanto a busca das anuências dos operadores dos SAAEs e os municípios. Na visão da Fundação Renova, seria necessário apenas a anuência dos operadores do SAAEs, sendo buscada junto às prefeituras para as localidades da cláusula 171 onde não há concessão para operação do abastecimento. Este entendimento foi reforçado pelo representante da Fundação Renova, Mateus Mol, que citou inclusive a falta de nivelamento entre Prefeituras e Concessionárias de Abastecimento em várias localidades da cláusula 171, como um grande entrave para a busca dessas anuências. No entanto, os representantes do GTA Rafaeli e Gilberto, informaram novamente que a necessidade de anuência tanto das prefeituras quanto das concessionárias está ancorada na Deliberações 04 e 16, e, portanto, deve ser seguida. O posicionamento do GT é que, ainda que os estudos de concepção se equivalham ao DEEPs, faltou a entrega dos Projetos Básicos, e a anuência dos municípios, por isso considera como não cumprida Parágrafo Primeiro da Cláusula 171 do TTAC. O representante da Fundação Renova, Matheus Mol, apresentou uma atualização das ações de abastecimento (PG 32 – Melhorias nos Sistemas de abastecimento de Água), por território (Mariana, Calha do Rio Doce, Médio Rio Doce e Foz do Rio Doce). Pontuados os fatos relevantes. Comentado o detalhamento e o status das ações de cada uma das localidades. Informado que o Plano de Monitoramento de água para consumo humano está em fase de aprovação com indicação dos pontos de coleta, parâmetros, frequência e documentos utilizados como referência. Margareth da SEAMA relatou sobre a ocorrência de uma reunião junto à Secretaria de Saúde do ES para apresentação da metodologia e critérios de análise utilizado pela CT-Saúde para elaboração do Plano de Monitoramento de água para consumo humano, acrescentou, que é uma metodologia padrão estabelecida pelo Ministério da Saúde em situações de desastre. Enfatizou que a responsabilidade de sustentar junto ao CIF e assegurar junto à população sobre a permissão de utilização e consumo da água do Rio Doce é a CT Saúde juntamente ao SUS – Sistema Único de Saúde e que a CT SHQA fará o acompanhamento somente no âmbito de água bruta e sistemas de abastecimento de água. A representante da Fundação Renova, Sara Juarez, questionou sobre os limites de atuação da Renova no monitoramento dos sistemas implantados (previsão de acompanhamento por 10 anos), após implementação do escopo dos programas. Gilberto Sipioni, IEMA, sugere que a malha amostral proposta pela CT-saúde e a malha ambiental praticável, seja discutida em um evento específico de intercâmaras. O representante da FUNASA, Lauro, apresentou o conteúdo da NT 21 e posteriormente fará a minuta

da deliberação e encaminhará para CT SHQA. Informou que se trata de complementações à análise apresentada na Nota Técnica nº 11 da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT SHQA), em função de informações complementares apresentadas por municípios cujos pleitos relacionados à coleta e tratamento de esgoto que apresentavam pendências. Foram pontuados os municípios contemplados nas revisões dos valores (transcrição e/ou complementações) para custeio de implementação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos. A representante da Fundação Renova, Clarice Strauss, questionou a situação do município de São José do Goiabal. Lauro informou que fez contato com o município e o BDMG e foi informado que o BDMG solicitou encontro junto à FUNASA, empresa projetista (lote do Rio Doce - TECMINAS Engenharia) e município para esclarecimentos de execução e posterior liberação da verba. A COPASA informou já está executando o projeto e as obras de esgotamento sanitário de Timóteo. A coordenadora da CT, comentou da necessidade definição de indicadores para acompanhamento da efetividade da implementação dos programas. Informou que a Fundação Renova apresentou no relatório de definição dos programas (PG 31, 32 e 38) em dezembro de 2017 uma proposta de indicadores. Porém, a câmara técnica entende que os indicadores apresentados estão muito voltados para controle do aspecto financeiro e neste sentido sente a necessidade de criação de indicadores mais voltados para questões de saneamento, destinação de resíduos com cunho ambiental e social e foco na eficiência dos programas. Comentou que a CT-Rejeitos promoverá uma oficina para discutir e criar indicadores mais direcionados ao atendimento dos programas e neste sentido sugere que a CT SHQA também comece a repensar a respeito deste tema. Como parâmetro e estimulador de ideias, foi apresentado os indicadores do IQES (Índice de Qualidade dos Serviços de Esgotamento Sanitário) utilizado pela FEAM que considera e distribui os pontos correlacionando percentual de coleta, percentual de tratamento, operacionalidade, regularização ambiental, disposição dos resíduos, etc. Destaca que o interessante nesta abordagem é que o indicador sinaliza a eficiência real das ações implementadas no programa. A representante da Fundação Renova, Clarice Strauss, reforçou que entende a necessidade da criação destes indicadores de efetividade do programa, porém a Renova fornecerá apenas recursos técnicos e financeiros ao programa e exercerá ao máximo as suas capacidades para que os resultados do programa tenham o impacto ambiental esperado. Neste sentido, como não executará e nem participará da fase de operacionalização e monitoramento do sistema não entende que a avaliação de entrega da RENOVA possa estar sujeita a fatores externos, como o desempenho dos municípios. Em outras palavras, a RENOVA poderá fazer essa avaliação, porém os resultados não poderão ser considerados como indicadores de implementação e término do Programa. A representante da SEDURB, Milena Paraíso, pontuou que, ainda que a Renova não tenha ingerência sobre os parâmetros de indicadores mais amplos, de cunho ambiental, tais indicadores devem ser propostos e as responsabilidades de apuração devem ser apontadas. A representante do SEAMA, Margareth Saraiva, sugeriu que antes de discutir e definir indicadores, se entenda com clareza o escopo, os objetivos e para onde será canalizado os esforços do programa na perspectiva e necessidade da câmara técnica, para posteriormente definir os indicadores de efetividade. Sugeriu que os grupos técnicos estudem a fundo o escopo dos seus respectivos programas e proponha indicadores complementares para medir a efetividade. Foi solicitado pelos

membros da CT, que a coordenação compartilhe com o grupo as definições dos programas contendo os indicadores para conhecimento, análise e consideração dos membros da câmara técnica e grupos técnicos de trabalho. A coordenação da CT-SHQA fará este encaminhamento. Na próxima reunião cada GT fará uma exposição do seu entendimento e sua proposta de abordagem. O representante da Ernest Young, César, teceu comentários resgatando histórico das responsabilidades e os objetivos relacionados aos indicadores. O representante do IGAM, Allan Mota, apresentou a metodologia utilizada pelo GPLAN para criação dos indicadores e controle dos índices utilizados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas, para controlar e avaliar a implementação das ações dos Planos Diretores de Recursos Hídricos. No final da apresentação, se colocou à disposição da câmara técnica para ajudar na construção dos indicadores de resultados e desempenho dos programas pertinentes desta CT. A representante da Fundação Renova, Clarice Strauss, sugeriu uma reunião extraordinária, em Belo Horizonte para discussão exclusiva destes indicadores, antes da próxima reunião ordinária da CT. A representante do SEAMA, Margarete Saraiva, comentou sobre a visita à comunidade de Degredo e relatou a situação de descumprimento da deliberação 161 sobre o fornecimento de água potável pela Fundação Renova. Neste encontro, foi eleita uma comissão de moradores, representantes dos atingidos, e definido 25 pontos para coleta e análise de água em Degredo, e foi solicitado pela comunidade um acompanhamento mais rigoroso por parte dos órgãos ambientais do Governo, no sentido de assegurar e dar maior credibilidade nos resultados de qualidade da água apontados nos estudos de monitoramento. Teceu comentários sobre as deliberações nº 164 e 165 aprovadas no último CIF sobre os impactos ambientais, socioeconômicos e jurídicos causados pelos barramentos das lagoas do baixo Doce e criação de um grupo de trabalho para estabelecer diretrizes sobre estudos na região deltaica do rio Doce e planície costeira, com o intuito de diagnosticar os impactos levantados na região, respectivamente. A representante da Fundação Renova, Brígida Maioli, reforçou que a ocorrência de Degredo não se tratava de um trabalho de monitoramento e sim o atendimento à solicitação de uma análise de qualidade de água em três pontos pelo Programa de Comunidade de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Trata-se de uma coleta para análise de pontos específicos, para diagnóstico da situação da qualidade desta água, e composição do estudo feito por consultorias independentes que avalia os impactos indígenas e quilombolas. O objetivo destes estudos é levantar alternativas e propor uma solução sustentável de abastecimento para a comunidade. A amostragem inicial foi para respaldar estas soluções. O representante da Fundação Renova, Mateus Mol, explicou que paralelamente a construção das soluções de abastecimento citadas acima, a Fundação Renova conduzirá um estudo hidrogeológico na região, com o objetivo de analisar o nexo causal de uma possível contaminação e consequente impacto no abastecimento da comunidade de Degredo, com o rompimento da Barragem de Fundão. Caso os resultados apontem para a não casualidade do cenário atual de qualidade da água consumida com o evento, as ações estruturantes de abastecimento propostas serão consideradas de cunho compensatório. A representante do IEMA/ES, Rafaeli Brune e dois técnicos da Secretaria Estadual de Saúde acompanharão as atividades de coleta e amostra nestes 25 pontos estabelecidos pela comunidade e Renova, no período de 18 a 20/07, e se comprometeu a elaborar um relatório de visita relatando as ocorrências durante esta vistoria. A representante do IEMA/ES, Rafaeli Brune, revisará o cronograma

de reunião e demais atividades do GT Abastecimento e encaminhará para os participantes da CT-SHQA. A coordenadora do GT Esgotamento e Resíduos Sólidos está de férias e posteriormente encaminhará o cronograma e demais atividades. A coordenadora da CT repassou os encaminhamentos finais acordados durante a reunião. Acordado que a próxima reunião ordinária da CT-SHQA ocorrerá no dia 13/08/2018 em Vitória/ES. Não havendo mais nenhuma consideração e colocação por parte dos presentes, agradeceu a presença e participação de todos, e deu por encerrada a reunião.

### ENCAMINHAMENTOS DA 23ª CT-SHQA

ITEM	AÇÃO	PRAZO	AÇÃO INTERNA OU EXTERNA?	RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÕES
23.1	Aguardar dos GTs as NTs 21 e 22 e suas respectivas minutas de deliberação e encaminhar para o CIF	Até 19/07/2018	Interno	Regina Assunção / Coordenação CT-SHQA	
23.2	Promover reunião intercâmaras para alinhamento das ações de Degredo (CT-Saúde, SHQA e Indígenas, povos e comunidades tradicionais)		Interno	Regina Assunção / Coordenação CT-SHQA	
23.3	Debater e criar consenso nos GTs sobre os objetivos de dos programas estabelecidos no TTAC (cláusulas 169, 170 e 171) para subsidiar a formulação de indicadores pela Fundação Renova.	até dia 13/08/2018 (próxima reunião da CT)	Interno	Rafaelli (GT Abastecimento) e Milena (GT Esgotamento e Resíduos Sólidos).	
23.4	Enviar cronograma revisado das reuniões e atividades dos GTs abastecimento e resíduos sólidos	03/08 – GT Abastecimento	Interno	GTs Abastecimento e Esgotamento e Resíduos Sólidos.	
23.5	Protocolar proposta de trabalho e plano de diagnóstico para área ambiental 2	30/07/2018	Externo	Yone Fonseca/ Fundação Renova	
23.6	Protocolar Plano de Aceleração com as ações de viabilização dos repasses financeiros para os municípios.	30/07/2018	Externo	Yone Fonseca/ Fundação Renova	
23.7	Apresentar dados de georreferenciamento dos programas.	Até a próxima CT	Externo	Yone Fonseca/ Fundação Renova	
23.8	Enviar à CT SHQA a relação dos processos de licenciamentos em andamento com a finalidade de agilizá-los.	Até a próxima CT	Externo	Yone Fonseca/ Fundação Renova	

**REGINA PIMENTA ASSUNÇÃO**  
Coordenação da CT SHQA